

Discutindo a Educação do Campo numa perspectiva emancipatória

Alessandra Almeida e Silva
David Romão Teixeira



Ciranda Infantil Comemoração dos
20 anos MST BA.
Foto: Mauricio Tavares

***ENTRELAÇANDO - REVISTA ELETRÔNICA DE CULTURAS E
EDUCAÇÃO***

• Nº 05. Ano III (2012) • Jan./Abril • ISSN 2179.8443 •

Endereço: www.ufrb.edu.br/revistaentrelacando

Centro de Formação de Professores – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

RESUMO

Este estudo traz reflexões acerca do debate em torno da Educação do Campo, a importância histórica que está sendo as conquistas em prol da educação do e para os povos do campo e principalmente a necessidade de trazer para esse debate a questão da emancipação humana, e a luta de classes. Para tanto será abordado num primeiro momento os avanços na luta pela educação do campo e suas contradições, e num segundo momento uma reflexão sobre a necessidade de se propor a construir uma educação da e para a classe trabalhadora, atentando para a importância de romper com a atual sociedade para que se possa construir uma nova sociedade, com valores novos, onde o trabalho não apareça como elemento de exploração.

Palavras Chave: Educação do Campo. Movimento Social. Emancipação Humana.

ABSTRACT

This study brings reflections concerning the debate around the Education of the Field, the historical importance that is being the conquests in favor of the education of and for the peoples of the field and mainly the necessity to bring for this debate the question of the emancipation human being, and the fight of classrooms. For in such a way he will be boarded at a first moment advances in the fight for the education of the field and its contradictions, and at as a moment a reflection on the necessity of if considering to construct an education of and for the diligent classroom, attempting against for the importance to breach with the current society so that if it can construct a new society, with new values, where the work does not appear as exploration element.

Keywords: Education of the Field. Social Movement. Emancipation Human.

Alessandra A. e Silva
Pedagoga da Terra –
UNEB/PRONERA.
Estudante da Pós-
Graduação em
Educação do Campo e
Desenvolvimento
Territorial do Semiárido
Brasileiro - CFP/UFRB.
alessandramst@gmail.com

David Romão Teixeira
David Romão Teixeira
Professor Assistente
Centro de Formação de
Professores – CFP/
UFRB.

Educação do campo, conquistas e avanços.

O descaso com a educação da classe trabalhadora denuncia a intencionalidade de manter sob controle aqueles e aquelas que são úteis como ‘massa de manobra’ e como mão de obra barata aos donos do poder. Especificamente com os trabalhadores do campo, o processo histórico de negação do direito básico de acesso ao conhecimento produz números alarmantes de analfabetos. De acordo com dados recentes do PNAD (2010), as maiores taxas de analfabetismo estão nas zonas rurais. Enquanto a taxa do mundo urbano é de 7,3%, no campo ela chega a 23,2%. Aqui, a realidade da educação no meio rural é expressa em números e percentuais.

Araújo¹ (2011) também fala sobre os “dados da exclusão da educação dos povos do campo”:

Os dados apontam que 28,7% da população do meio rural, com 15 anos e mais, ainda é iletrada. No Estado da Bahia o analfabetismo total da população adulta, segundo dados do IBGE/ 2000, está na média de 18,8 %, pouco menor que a média da Região Nordeste que é de 21,75% e quase o dobro da média nacional, que é de 13.3% (ARAÚJO, 2011).

Esses dados chocam, mas, não causam estranheza, levando em consideração os registros históricos em torno da educação no meio rural, que vai desde a inexistência total de políticas públicas perpassando pelos primeiros registros em que a educação para a população rural é mencionada, aparecendo somente na década de 30 os primeiros sinais de uma educação na zona rural (CALAZANS, 1993) até os dias de hoje onde temos esses dados tão alarmantes. De acordo com os documentos das Diretrizes Operacionais, a Educação para as populações rurais aparece pela primeira vez na Constituição de 1934 com objetivo de conter o movimento migratório e elevar a produtividade. (CNE/CEB, 2002, p. 9.).

¹ ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues - aula ministrada no dia 06 de abril de 2011 - Concepções e princípios da educação do Campo - para o curso de Especialização do Campo na UFRB - Amargosa BA.

Não é estranho que no atual modelo de desenvolvimento do país o campo seja visto como parte atrasada da sociedade, e o Brasil configurado hoje como “mercado emergente, predominantemente urbano, camponeses e indígenas são vistos como espécie em extinção” (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999), isso justifica a atual realidade de continuar a negar o acesso à educação para os povos que estão nessa lógica em “extinção”. Embora tentem convencer que essa é uma verdade, os povos do campo vem demonstrando que não é bem assim.

Os movimentos sociais do campo e as demais formas de organização desses povos mostram como é contraditória essa sociedade. Mais do que isso, os povos do campo não aceitam esse processo de negação e de exclusão, organizando lutas, construindo novas alternativas, pressionando o poder público para atender suas reivindicações. Essas ações provocam um movimento em torno do cenário político brasileiro e das políticas de governo, contrapondo todo argumento que colocam os povos do campo em segundo ou terceiro plano.

Embora dominante, essa tendência não consegue avançar sem contradições. De um lado, estão as contradições do próprio modelo de desenvolvimento, entre elas a da crise do emprego e a consequência explosiva que traz para a migração campo-cidade. De outro, está a reação da população do campo, que não aceita essa marginalização/exclusão e passa a lutar pelo seu lugar social no país, construindo alternativas de resistência econômica, política, cultural, que também incluem iniciativas no campo da educação. (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 22)

É importante salientar aqui que o que hoje se configurou enquanto política de Estado foi fruto das lutas de homens e mulheres do campo, é importante frisar isso para que compreenda que direitos não se ganha, se conquista, reescrevendo uma das inúmeras palavras de ordem do MST que diz - Terra não se ganha, se conquista - como reflete VENDRAMINI.

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos. (VENDRAMINI, 2007, p. 3).

Essas conquistas no âmbito da educação do campo demonstram em primeira mão que a classe trabalhadora não está anestesiada, ela continua se mobilizando, se organizando, e a população do campo está dentre aqueles e aquelas que buscam seus direitos, a própria realidade concreta que vivenciam é que serve de fermento para o processo de luta e de (re) organização desses povos.

A grande indagação diante desse avanço no campo das conquistas é como o debate sobre Educação do Campo configurado hoje enquanto política de Estado pode ajudar na conquista da emancipação dos povos do Campo? Vendramini (s/d) traz essa preocupação quando analisa o movimento Por uma Educação Básica do Campo, segundo a autora:

A luta por uma educação do campo corre o risco de ficar atrelada ao âmbito do Estado e das políticas públicas, perdendo a dimensão fundamental da educação como estratégia de interiorização de valores contrapostos à lógica individualista, liberal, competitiva, funcional que nos conforma e que cria um consenso generalizado em torno do consumo (VENDRAMINI, s/d, p 5).

É preciso refletir aqui de que campo estamos falando, pois só assim podemos pensar que tipo de educação queremos construir. Como se constitui o campo hoje? Bom, se pensarmos do ponto de vista do atual modelo de agricultura vigente em nosso país o campo atualmente é visto como:

Espaço de grande exploração de trabalhadores, especialmente o trabalho temporário, sem relações contratuais, de pessoas que vagueiam pelo país para acompanhar os períodos de colheitas, constituindo o trabalho sazonal; espaço de terras para reserva de valor; espaço de produção para o agronegócio; espaço de difusão de tecnologias e de modificação genética amplamente questionada por ambientalistas, pesquisadores e agricultores (VENDRAMINI, 2007, p.6).

Contrapondo essa visão mercadológica de campo enquanto espaço de exploração e avanço do capital, os Movimentos sociais se mobilizam em prol de um campo enquanto espaço de produção do viver, em harmonia com a natureza, com sujeitos construtores de sua história, um lugar de pessoas livres no sentido mais amplo da palavra, somado a essa visão está a perspectiva de construção de uma nova sociedade sim, pois o campo não está dissociado da sociedade como um todo e sua realidade hoje é fruto da forma como está organizada essa sociedade, pensar o campo sob outra perspectiva é pensar para além do que está posto. Construir novas relações, novos

valores. Isso só será possível numa outra realidade, na qual a produção da vida não esteja organizada sob a lógica dessa sociedade desumana e destrutiva que é a sociedade capitalista. O Coletivo Nacional de Educação do MST ao fazer o Balanço dos 20 anos da Educação no movimento já se atentava para o fato de que é imprescindível relacionar a luta pela Educação do campo aos processos de formação e transformação.

Não se pode perder de vista o fato de que a educação sozinha não fará a transformação social, ela tem um papel fundamental nesse processo como reflete MÉSZÁROS (2005, p. 32) “A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo”. E é nesse sentido que se faz necessário relacionar educação e produção do viver, vendo o processo educativo como elemento de construção desse novo jeito de viver e de produzir, novas relações entre homem e natureza e entre os seres humanos, uma educação que ajude a desconstruir essa lógica do individualismo e da competitividade impregnada em nós pelos valores dessa sociedade tão desumana.

A seguir, trataremos uma discussão sobre a necessidade e a possibilidade da construção de um projeto de educação voltada para os interesses da classe trabalhadora, uma educação que tenha como objetivo contrapor toda essa lógica da destruição em nome desse falso desenvolvimento, que não se contenha com pequenas reformas ou adaptações, mas que se proponha ir além, ajudando a construir uma nova sociedade de homens e mulheres verdadeiramente livres.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Pensar uma educação que seja emancipadora é pensar para além do que está posto, não existe a possibilidade de construir uma educação emancipada dentro de um sistema que exclui MÉSZÁROS (2005), traz a reflexão que a atual sociedade encontra-se em crise e que este é um momento histórico de transformação da qual a educação não pode ficar à parte.

A nossa época de crise estrutural global do capital é também uma época histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente. Essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar. Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação

social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo. (MÉSZÁROS, 2005, p. 76)

Assim o debate acerca da Educação do campo não pode desvincular do debate da transformação social, em outras palavras, é preciso ter bem claro que devemos pensar a questão da educação da classe trabalhadora, claro que as especificidades do campo devem ser levadas em conta, não se pode continuar com o processo de negação do sujeito do campo, mas esse mesmo sujeito faz parte de algo maior e mais complexo, sofre as desigualdades desse sistema de sociedade de classes antagônicas.

Algumas experiências de Movimentos Sociais, especificamente do MST trazem à tona algumas possibilidades de propostas de educação que apontam para a construção de uma nova realidade. Para o MST o processo educativo não pode se encerrar nas quatro paredes da escola e nem se resumir a ela, e por esse motivo considera os vários momentos e atividades desenvolvidas pelo Movimento como educativos.

Essa participação ativa na luta possibilita a (trans) formação daqueles e daquelas que antes queriam apenas um pedaço de terra em sujeitos da história, lutadores e lutadoras, conscientes de sua condição de sua realidade e dispostos a continuar na luta. Caldart (2001) reflete sobre o quanto essa participação influencia o processo de formação dos sujeitos Sem Terra.

É também a participação no movimento da luta que politiza os Sem Terra, no sentido de que passam a compreender o seu problema específico num contexto mais amplo, e como parte de uma correlação de forças sociais e políticas que não se alteram apenas porque decidiram agir para transformar sua situação particular. Muitos sem-terra quando decidem participar de uma ocupação ou entrar num acampamento, o fazem movidos pela necessidade, mas também por uma visão ainda ingênua de mundo: consideram que se são trabalhadores do campo e se dispõem a trabalhar na terra, é justo que logo a consigam e então todos os seus problemas estarão resolvidos. [...] somente experimentando pessoalmente os embates da luta pela terra é que, aos poucos, aprenderão de que relações sociais fazem parte, e o que contestam mais profundamente em cada um dos atos coletivos de que participam. Este é um dos momentos importantes de um processo de formação que começa a relacionar o movimento da luta, no seu imediato e em sua conjuntura, e o movimento da história, geralmente mais lento e complexo. É a intencionalidade política e pedagógica do MST que garante o vínculo da luta imediata com o movimento da história. (CALDART, 2001, p.214)

A proposta educativa do MST apresenta a necessidade de lutar pela transformação social e a importância de associar a educação a esse processo de transformação, e é nos Princípios Filosóficos da Educação² que podemos observar isso mais claramente, em específico no primeiro princípio que traz a “educação para a transformação social”

Este é o horizonte que define o caráter da educação no MST: um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual, e a construção desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam, a justiça social, a radicalidade democrática e os avanços humanistas e socialistas. (MST, 2004, p.6)

Mészáros (2005) reflete sobre a necessidade de articular o processo educacional à construção de uma nova sociedade, educação e transformação social devem andar juntas, todas as tentativas de se construir uma educação transformadora se não estiver atrelada ao processo de transformação social não passará de reformas ou adaptações como de fato vem ocorrendo, por mais inovadora que pareça uma proposta educacional, se não propõe ou no mínimo não questiona as contradições sociais existentes, esta proposta nada mais é que uma adaptação ao sistema vigente, que no máximo da sua inovação propõe correções, jamais mudanças estruturais.

A nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo [...]. E vice-versa: ***a educação não pode funcionar suspensa no ar***. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. (Mészáros, 2005, p. 76 *grifos meus.*)

É nesse sentido que se faz necessário construir uma educação da e para a classe trabalhadora, atentando para a importância e para a urgência de forjar um processo

² De acordo com o Setor de Educação do MST os Princípios Filosóficos dizem respeito à visão de mundo, concepções de pessoa humana e de sociedade e remete aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo do MST.

educativo que não ocorra na contramão da luta (como os que hoje existem, uma vez que são edificados sobre os valores da atual sociedade), mas uma educação que ajude no processo de contra-internalização (MÉSZÁROS, 2005) dos valores do capital. Pistrak (2005) traduz o que significa vincular a vida com o processo de transformação social, articulando trabalho, estudo, atividades culturais e políticas no processo de formação de um povo, no intuito de que essas pessoas sejam sujeitos da construção da nova sociedade. Fundamentado na teoria marxista, a proposta de educação que propunha construir traçava como objetivo a “formação de um homem que se considere como membro da coletividade” (PISTRAK, 2005). Essa proposta de educação vivenciada e relatada por Pistrak na Escola Comuna³ vem contrapor a educação organizada sob a ótica da sociedade capitalista, esta (a escola capitalista) vem cumprindo seu papel, de internalização da ordem social vigente, no sentido de legitimação, manutenção e reprodução do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2005, p. 35). Esse tem sido o papel da educação - reproduzir e manter o sistema em vigência.

Sendo assim, chega-se à conclusão que na atual sociedade, nossas escolas da cidade ou do campo preparam pessoas para o mercado de trabalho, para atender às demandas das indústrias, das fábricas, das grandes empresas do capital, tornando – as aptas a venderem sua força de trabalho, “livres” para assinarem contratos que tem em sua essência a exploração do trabalhador (SILVA, 2010). Discutir o processo produtivo, as formas de trabalho e principalmente a importância do trabalho enquanto fundante do ser social deve na proposta de educação que se coloca enquanto transformadora, ser uma questão central.

É nesse sentido que mais uma vez, reafirmo a necessidade de se pensar o processo de educação, especificamente falando da Educação do Campo, que tenha como objetivo romper com os valores competitivos e individualistas da sociedade capitalista, como nos lembra Bogo:

O instrumento organizativo deveria ser o portador da consciência da classe que define o perfil do sujeito individual e coletivo que deve preparar para alcançar suas finalidades estratégicas; estas por sua vez, não se alcançam fragmentadamente por setores sociais. Significa dizer que, não poderá haver “uma escola do campo” com boa educação, se este processo não estiver inserido na perspectiva de um processo de mudanças mais amplas, por isto, falar em “sujeitos

³ PISTRAK, Moisey M. A Escola Comuna, 2009.

coletivos” ou em “educação emancipadora”, sem um projeto de mudanças, é uma grande ingenuidade. (BOGO, 2011).

O processo de transformação social exige sujeitos que possam, na prática, agir de forma consciente. Para transformar a realidade precisam conhecer profundamente a realidade em que estão inseridos, dominar as técnicas, deter os conhecimentos, organizar e participar das lutas. Nesse sentido, os povos que se encontram engajados num processo de luta, construindo novos valores estão um passo à frente. Ademar Bogo (2011) chama atenção para a necessidade de deter o conhecimento para usá-lo a favor do interesse de classe, essa sempre foi uma estratégia da classe dominante como nos faz refletir

Os capitalistas sabem disso, e por saberem de forma consciente exigem que o Estado execute as políticas que favoreçam o fortalecimento das relações materiais da vida econômica e usam o aparelho da escola para prepararem a força intelectual. Logo, enquanto os movimentos sociais do campo se satisfazem com o direito a licenciatura o agronegócio apropria-se das pesquisas produzidas por cursos das áreas nobres produzidas com recursos públicos e aplicadas pela ajuda dos créditos que são também recursos públicos (BOGO, 2011).

Por esse motivo é que a organização da classe trabalhadora é crucial, não só para as lutas reivindicatórias. Aliás, é preciso avançar para lutas maiores, reivindicar apenas o acesso não basta, é preciso construir um projeto de sociedade e não se faz isso apenas com boa vontade, esse é um árduo processo de luta, no qual a educação tem papel fundamental. Os movimentos Sociais já se atentaram para essa questão, já compreendem que o opressor utiliza da dominação da consciência humana para imperar, para inculcar seus valores. Tanto que quando os trabalhadores organizados reivindicaram acesso à educação e exigiram cursos nas áreas que podem comprometer essa dominação essa classe reagiu e reagirá sempre que seus interesses forem ameaçados.

Para além das reivindicações, deve-se questionar - que educação queremos nós trabalhadores e trabalhadoras? Que valores e princípios devem ter essa escola? Que homens e mulheres o processo histórico exige? E é mais uma vez nas palavras de Bogo que encontramos elementos que reafirmam que é preciso construir a educação da classe trabalhadora

[...] Sugerimos indicativos de superação da visão de uma “escola do campo” (território) para uma “escola da classe” voltada para uma proposta de educação que se interligue com as perspectivas do projeto político das forças políticas ativas, em busca, não da emancipação humana abstrata, mas da construção do projeto de superação do modo de produção capitalista. Para tanto, juntamente com o “corpo de idéias” será preciso pensar no melhoramento das “idéias do corpo” da classe, e, isto se fará se ela tiver a capacidade de organizar-se para estabelecer objetivos estratégicos a serem alcançados e formar os seus próprios sujeitos: intelectuais, profissionais e educadores inseridos no processo da construção das mudanças. (BOGO, 2011).

À classe trabalhadora precisa ver a educação como “instrumento de fortalecimento do projeto político” (BOGO, 2011), e não apenas como um direito que o Estado deva garantir como sempre é reforçado na Palavra de Ordem: Educação do Campo – Direito nosso, dever do Estado! Certamente que a ideia não é eximir o dever do Estado para com a Educação, mas compreender que trata-se de um Estado Burguês que não defenderá uma proposta que contrarie os ditames da classe dominante, assim sendo, é necessário sim lutar para que se garanta a construção das escolas, formação para os professores, toda a estrutura a que de fato temos direito, afinal o conhecimento é produção da humanidade e a ela pertence, não pode ficar restrito a uma pequena parcela, mas deve-se compreender essa questão sem perder de vista que precisam ser traçados novos horizontes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Felipe Silva. *O papel das lutas de massa na organização e Formação humana dos trabalhadores Sem Terra*. Monografia de final do curso Pedagogia da Terra, Universidade do Estado da Bahia, Campus IX, Teixeira de Freitas BA, 2010.
- ANTUNES, Ricardo (org.). *A dialética do Trabalho* – São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação?* São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no Meio Rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jaques, DAMASCENO, Maria Nobre (orgs) *Educação e escola no Campo*, Papyrus, 1993.
- BOGO, Ademar. *A escola do campo em busca do campo para ser escola*, 2011. Mimeo.

CALDART, Roseli Salete. *O MST e a Formação dos Sem Terra: o Movimento social como princípio educativo*. Disponível em: <http://www.scielo.br> . Acesso em: 28/ 12/ 2009.

KOLLING, Edgar J., Irmão Nery, MOLINA, Mônica C. (org.). *Por uma Educação Básica do Campo – A educação Básica e o movimento social do campo*, Brasília: Articulação por uma Educação do Campo, 1999.

MST. *Boletim da Educação nº 09, Educação no MST Balanço dos 20 anos*, 2004.

_____. *Caderno de Educação nº 08, Princípios Filosóficos e Pedagógicos*, 2004. Mimeo.

_____. *Caderno de educação nº 04, Escola trabalho e Cooperação*, 2004. Mimeo.

_____. *Dossiê MST Escola*, ITERRA, 2005.

MÉSZÁROS, István. *A Educação para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PISTRAK, M. M. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA, Alessandra Almeida. *A relação trabalho educação na Proposta Pedagógica do MST*. Monografia de final de curso Pedagogia da Terra, Universidade do Estado da Bahia, Campus IX, Teixeira de Freitas BA, 2010.

VENDRAMINI, Célia, *Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do Campo*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago, 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> . Acesso em: 17/10/2009.

Trabalho Recebido em: 16/05/2012 e Publicado em: 15/06/2012